

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

CENTRO CINDIDO E SOCIABILIDADE URBANA A DERIVA: UM ROTEIRO TRÁGICO

Nelson Rosário de Souza
Universidade Federal do Paraná

No filme “Sábado”, o diretor Hugo Giorgette usou a crítica irônica e bem humorada para representar o encontro insólito de duas “tribos” estrangeiras uma à outra, pois habitantes de uma metrópole fragmentada. Menos do que um encontro, o filme tematizou um confronto de olhares, gestos, interesses e comportamentos. Para ser mais preciso: o diretor tratou de um esbarrão casual de dois grupos que se falam quase sem se comunicar. Não por acaso, o lugar dessa história é o centro velho de São Paulo, território metafórico e radical que dispensa efeitos especiais quando o objetivo é retratar espacialmente o esgarçamento do tecido social na contemporaneidade urbana. Mas qual é o processo que leva o centro de uma metrópole a transformar-se de lugar irradiador dos negócios, da identidade, da sociabilidade e do poder em espaço “decadente”? Qual o efetivo significado social e político desse fenômeno?

No livro *Centralidade em São Paulo*, Heitor Frúgoli Jr. mobilizou o instrumental teórico da Sociologia e levantou um rico material empírico para enfrentar criticamente o tema da estranha e inquietante formação de arquipélagos intra-metropolitanos. Seu instigante recorte tomou como ponto de partida a ebulição cotidiana do “centro tradicional” de São Paulo e elegeram como problema principal da investigação a disputa pelo espólio da “centralidade”, dado o seu valor simbólico e material. Pelas suas mãos, o objeto urbano fragmentado ganha vida e sentido sociológico ao ser pensado paralelamente à mobilização organizada de determinados atores envolvidos na tarefa de adequar o espaço aos seus projetos (econômicos, políticos e sociais) nem sempre explícitos. O autor amplia sua contribuição ao explicitar as relações desses grupos organizados com o poder público, ao apontar os padrões de urbanização correspondentes a três momentos significativos da disputa pela centralidade urbana na capital paulista e ao analisar os efeitos dessa competição sócio-espacial sobre as classes populares. As principais questões que norteiam a investigação podem ser assim resumidas: como grupos e instituições privadas em competição se organizam e operam mudanças na centralidade urbana? Como essas organizações articulam-se com o poder público para o atendimento de suas demandas por equipamentos urbanos e outros investimentos? Quais os grupos mais atingidos por esse jogo que bloqueia o espaço público diversificado?

A novidade da obra e sua colaboração maior ao debate urbano está na análise comparativa dos contextos que envolvem a competição dos usuários de três áreas pela centralidade urbana na São Paulo dos nossos dias: o centro tradicional — lugar estratégico de ação da Associação Viva Centro; a Avenida Paulista — cujo interesse de “preservação” levou à formação da Associação Paulista Viva; e a região da Avenida Luiz Carlos Berrini — onde empresários formaram um *pool* para executar a remoção de uma favela. As associações em foco, convém explicitar, são patrocinadas principalmente pelo capital financeiro, ainda que as duas primeiras tenham uma composição diversificada formada por sindicalistas, técnicos, proprietários de imóveis, empresários etc.

Como conferir significado ao largo universo de dados e informações que envolvem: a fuga de parte das elites do centro original das grandes cidades, as tentativas de retomá-lo via projetos públicos ou privados de “revitalização”, os esforços para deslocá-lo ou prolongá-lo pela transferência de investimentos? Heitor Frúgoli Jr. encontrou no diálogo crítico com os pesquisadores da realidade urbana das metrópoles contemporâneas o instrumental teórico necessário para realizar com êxito a sua tarefa. A inspiração inicial e principal está na literatura norte-americana sobre o tema. O autor encaixa seu objeto no debate que resgata o sentido da cidade no contexto da modernidade, aborda criticamente a reformulação técnica da metrópole levada a efeito pelo

urbanismo modernista e, finalmente, tematiza a fragmentação atual do espaço urbano como um rearranjo, para alguns, *pós-moderno* (SOJA, 1993), para outros, articulado a um capitalismo em fase de *acumulação flexível* (HARVEY, 1992).

Sem desprezar o valor das chamadas interpretações pós-modernas, especialmente quanto ao investimento feito no resgate do espaço como categoria fundamental na compreensão do jogo social, Frúgoli não se deixa seduzir e aposta, juntamente com Harvey, na possibilidade de construir interpretações mais gerais sobre o fenômeno urbano, valorizando assim as conexões e complementações entre os processos espaciais, sociais, econômicos e políticos, ainda que descarte a ingenuidade da busca de um centro analítico capaz de fundar, por si só, o significado da totalidade urbana.

Ao longo do texto o autor faz uma filtragem bem dosada das questões atuais encontradas nos analistas norte-americanos. Nesse sentido, Frúgoli procede uma aproximação do seu objeto adaptando à realidade brasileira as temáticas: do isolamento espacial, da privatização do espaço, da revitalização ou *gentrification* de áreas urbanas centrais, enfim, do declínio do espaço urbano da diversidade (DAVIS, 1992; ZUKIN, 1996; HARVEY, 1992). Para esse empreendimento conta também com a ajuda da referência latino-americana e nacional sobre o tema (CALDEIRA, 1997; ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1990; CANCLINI, 1993; CORDEIRO, 1993).

Se a tarefa é analisar sociologicamente as disputas pelo centro e pela “centralidade” urbana a partir da mobilização de determinados agentes num contexto de capitalismo flexível e periférico, convém explicitar em que termos essa luta se desdobra, e isto o autor faz com precisão. É interessante recorrer ainda uma vez ao filme de Giorgette para ilustrar com imagens uma das características da disputa pelo centro urbano. No recorte cinematográfico fica explícito o vínculo entre população e espaço. O grupo de atores e publicitários, interessado em gravar um comercial num antigo edifício do centro velho, representa bem a perspectiva de uma elite que abandonou o lugar da diversidade e do conflito e buscou refúgio em espaços distantes e exclusivos. O desprezo pelo centro “decadente” é completado pelo temor diante da população que o ocupa e o formata a partir dos seus interesses e necessidades. A retomada do centro através do filtro técnico da publicidade, conferindo-lhe o caráter de cenário opaco que realça os produtos de consumo, significa limpar da cena os habitantes que não têm papel na nova história e que teimosamente insistem em interferir no seu enredo. A purificação técnica do espaço justifica-se na justa medida em que constrói a população do “centro velho” como não sujeitos, cuja pobreza e carência é traduzida em termos de ausência de história e interesses próprios. Heitor Frúgoli Jr. recupera e valoriza na análise das três áreas recortadas pelo seu estudo a associação entre projeto urbano e população.

Trabalhos anteriores demonstraram o caráter excludente e concentrador de renda das ondas de expansão e ressignificação do centro de São Paulo, as quais atendiam ao objetivo de ampliar o campo de investimentos do capital imobiliário e tinham como agente de vanguarda o poder público. Apoiado nessas obras, o autor aprofunda a investigação do tema ao esmiuçar os contextos dos três eventos mais significativos desse processo.

O caso do “centro tradicional” é construído como o mais representativo dos três. A magnitude dos problemas e as resistências às intervenções nessa área, bem como, a transparência do processo e a diversidade de agentes envolvidos na Associação Viva Centro e no projeto de “requalificação” desse espaço fornecem ao pesquisador um material para investigação rico e muito bem aproveitado. De saída, Frúgoli marca sua perspectiva ao desqualificar as explicações rasteiras que associam a “deterioração” do centro à crescente presença das classes populares na composição da sua densidade. A causa real desse processo associa-se às opções do planejamento urbano recente e ao redirecionamento dos investimentos privados. Seguindo a pista da relação entre espaço e população, o estudo explicita as contradições entre o projeto e as intervenções efetivas patrocinadas pela Associação Viva Centro.

Ao descrever, com um otimismo sincero, o projeto da Associação Viva Centro, Heitor Frúgoli Jr. sublinha a sua capacidade de mobilizar a sociedade civil e seu objetivo de funcionar como interface junto ao poder público. O fato de contar com uma consultoria técnica foi fundamental para essa organização formular uma proposta de “requalificação” do Centro pautada pela manutenção da diversidade, pelo combate à especulação, pelo interesse em preservar a cidade existente, reconhecendo, portanto, o caráter dinâmico do Centro e de sua população que deveria ser integrada ao projeto. As qualidades acima apontadas permitem ao autor ver a associação como um “espaço de debate intelectual e de formação de opinião sobre o Centro e sua requalificação” (p. 78). Contudo, a diversidade interna da associação e o tipo de relação que seus principais representantes estabeleceram com o poder público, revelaram suas ambigüidades e resultaram em efeitos contrários ao projeto

inicial, especialmente no que concerne às classes populares. O fato mais significativo a esse respeito encontra-se na pressão da associação junto ao poder local para adoção de políticas que significaram a limpeza e o disciplinamento do Centro pela expulsão dos vendedores ambulantes. Tal procedimento redundou na almejada valorização do patrimônio de comerciantes e proprietários.

Se para o leitor mais exigente as explicações sobre a distância entre o discurso e a prática da Associação Viva Centro não parecem satisfatórias, o autor oferece outras pistas interessantes, que relaciona essa *décalage* a fatos que vão além dos descaminhos oferecidos pelo jogo político e da diversidade interna do grupo em foco. O texto informa, por exemplo, que o discurso técnico da associação não consegue superar a representação das classes populares como não-sujeitos, sem vontade própria, ou sem “possibilidades de escolha em suas formas de ocupação da cidade” (p. 86). Ao proclamar o respeito à “cidade existente” e, ao mesmo tempo, adotar uma representação modernista das classes populares enquanto objeto de intervenção técnica, o discurso técnico da Associação Viva Centro se faz ambíguo e apresenta-se como um elemento bastante explicativo da distância entre o projeto e as intervenções concretas apoiadas pela Viva Centro¹. Intervenções essas, diga-se, que favoreceram determinados grupos econômicos em prejuízo das classes populares.

Em linhas gerais é possível afirmar que o desenvolvimento das cidades industriais conduz à sobreposição das atividades nas regiões centrais e à contínua substituição das residências por atividades comerciais e de serviços. O entorno da cidade é ocupado pelas classes populares e, somado à periferia pobre, forma um cinturão que dificulta a expansão do Centro numa lógica capitalista e bloqueia a ampliação/renovação do valor do solo urbano. As elites essabecem suas residências em locais distantes e isolados exigindo pesados investimentos públicos em infra-estrutura. As rápidas transformações dos padrões produtivos pressionam o centro tradicional por uma crescente redefinição espacial. Nesse contexto, os empreendedores capitalistas buscam apoio no poder público para ocupar novos espaços ou readequar os antigos às novas relações de produção, no sentido de renovar o potencial de investimento imobiliário e de negócios nas metrópoles². No pólo oposto, as classes populares se organizam e resistem às transformações que afetam seu espaço.

São Paulo passou por um processo semelhante ao descrito acima. A partir dos anos 60 é possível identificar na redefinição de usos da Avenida Paulista o desdobramento do Centro Tradicional com o qual ela passa a competir. A partir da sua reconversão de ambiente residencial para comercial e de negócios, conforme relata Frúgoli, a Avenida Paulista apresenta-se como espaço de poder com forte apelo simbólico. Nesse processo, é nítida a presença do princípio modernista que privilegia a circulação do automóvel e promove o declínio da rua enquanto espaço público do encontro e da diversidade. A Avenida Paulista verticalizou-se em projetos modernos como contraponto ao diversificado Centro Tradicional, mas, ao mesmo tempo, vê nele o seu futuro em potencial, ou seja, o risco de um trágico efeito *orloff*. Aos primeiros sinais de erosão da sua centralidade surge a Associação Paulista Viva com o objetivo de evitar que a avenida mais famosa da cidade seguisse o percurso do Centro Tradicional.

Ao acompanhar a reflexão de Heitor Frúgoli Jr. temos a sensação de que a associação dos “ecólogos” da Paulista está um degrau acima da mobilização que a precede e um degrau abaixo da que a sucede quanto ao nível de degradação da sociabilidade e do jogo político democrático. A Associação Paulista Viva é formada por um grupo mais homogêneo que agrega principalmente proprietários e representantes do capital financeiro. Outro traço distintivo desse agrupamento é sua proximidade genética com o poder público. Essas características a fazem menos ambígua na adequação do seu projeto à sua prática. Aqui é mais explícita a eleição das classes populares (camelôs, passageiros de transporte coletivo, sem-tetos) como culpadas pela deterioração do ambiente. O discurso dos defensores da Avenida Paulista pauta-se pelo resgate de uma certa “vocaçãõ” histórica para bulevar onde de modo algum se encaixariam personagens da rua. Apesar desse perfil, o conjunto de operações promovidas pela associação, no sentido de realizar seus objetivos, fornecem dados interessantes e bem aproveitados pela análise em foco.

¹ Talvez tenha faltado ao texto, nesse ponto, trabalhar com mais vigor o caráter explicativo desse fato.

² É interessante estabelecer uma rápida comparação com o caso da reforma urbana empreendida em Curitiba a partir da década de 70. O “êxito” desse urbanismo esteve em conseguir preservar o centro (leia-se preservá-lo da ocupação de grupos indesejáveis) na justa medida em que expandiu sua lógica, quase ao infinito, através de eixos estruturais lineares que formaram um estoque de terras e infra-estrutura útil ao desenvolvimento, sem bloqueios, da lógica capitalista de apropriação do solo urbano (SOUZA, 1999).

Dos procedimentos patrocinados pela Paulista Viva poderia ser destacado a privatização da segurança da avenida e de suas adjacências, ou a operação-limpeza que expulsou os camelôs. Mas um dos sinais mais significativos do seu caráter está num dos depoimentos colhidos por Frúgoli. O entrevistado argumenta de forma interessante sobre o porquê a associação essar irredutível quanto à proibição de camelôs na Paulista: “A cidade de São Paulo está ficando toda igual, ... à medida que a cidade for toda igual a cidade morre. A cidade é o espaço da diversidade, está certo? [...] O espaço da Paulista é um espaço de excelência. Se São Paulo deseja ser um espaço mundial, ... não é simplesmente para não ter (camelô) porque a elite não quer que tenha. É que a cidade tem que ter espaços diferenciados” (p. 164). A lógica engenhosa do discurso que usa o argumento da diferença e da diversidade com sinal invertido, ou seja, para justificar a formação de espaços exclusivos, fala por si só, mas ainda assim mereceria uma análise mais detalhada do pesquisador. A fala é de quem se vê como dono do espaço e, como afirma Frúgoli, denota um padrão diferenciado de intervenção urbana. A cidade é vista como multipolar e cada espaço requer uma ação específica de preservação e de proteção diante do “outro”.

A radicalização do padrão urbano identificado com a atmosfera pós-moderna acontece na construção do espaço da Avenida Luiz Carlos Berrini e na formação do *pool* de empresários que vai gerenciá-la. O monopólio desse empreendimento é paralelo ao caráter monopolista da economia capitalista de acumulação flexível. As características do empreendimento permitiram a construção até mesmo de um padrão estético da flexibilização e aqui o livro traz belas fotos, infelizmente, em quantidade reduzida e objeto de análises rápidas.

No caso da Berrini, o grupo é formado por empresários abrigados sob o guarda chuva de uma única grande corporação do setor imobiliário. O discurso da multipolaridade é levado ao extremo. A avenida é entendida como um grande empreendimento privado. A estética é rigorosa na dissolução do espaço público. Da população recorta-se apenas o que importa, ou seja, os clientes; os demais estão fora do lugar, ou melhor, devem ser postos para fora do lugar porque perigosos e pouco rentáveis³. A visão fragmentada da cidade permite aos “donos” da Berrini ignorar até mesmo preocupações com legitimação e transparência presentes ainda na experiência da Paulista Viva e, em maior grau, da Viva Centro. O paradoxo do deslocamento da “centralidade” urbana para longe do Centro parece convencer espacialmente a elite urbana empresarial que o seu mundo é exclusivo e nada tem a ver com o universo de pobreza que o cerca. Sem espaço público e sem a sociabilidade típica da modernidade tudo se reduz a negócios. Os conflitos evidentes, como no caso da remoção da favela pela Operação Urbana Águas Espreadas, não institui espaços de negociação e sim relações de troca. E nesse caso se existe algum filme a ser lembrado, pela semelhança das práticas utilizadas pela elite urbana, esse filme é *Chinatown*. Todo tipo de obscurantismo, negociata, ilegalidade, irregularidade, quebra de contrato e desrespeito com o outro foi ali praticado pela iniciativa privada com o amparo do poder público. Tudo apoiado numa concepção urbana refratária aos princípios modernos de cidadania e urbanidade.

Toda contradição do liberalismo emerge no padrão Berrini de intervenção urbana. O discurso é o da distância em relação ao Estado, mas a prática exige o amparo do poder público para assegurar a proteção do espaço e dos negócios, bem como para bancar os investimentos em infra-estrutura que, no caso estudado, foram necessários para o desenvolvimento desse vetor sudoeste.

O máximo de contradição desse processo está no fato de que o caráter volátil da “centralidade” metropolitana praticamente ao mesmo tempo que ancora o surgimento do empreendimento Berrini, o faz declinar em favor de um novo foco de “centralidade”, agora em Pinheiros. A obra, aqui comentada, apresenta-se como ferramenta útil à superação da ideologia segundo a qual tudo se passa como se ondas naturais sem comando decretassem a efemeridade ou o vigor de espaços, populações e sociedades, sem que nada pudesse ser feito, a não ser adivinhar a direção do próximo vento e competir por uma coroa na crista, torcendo para não ser acachapado.

O estudo de Heitor Frúgoli Jr. permite concluir que a fragmentação urbana representada pelos esforços para deslocar a “centralidade” de São Paulo, mais do que evidenciar uma crise do Centro Tradicional, colocam em

³ No filme “Sábado”, o diretor brinca ao aproximar a moça da elite dos sujeitos pobres. A situação é emblemática, a falta de cuidado da moça com o lugar do “outro” é que a coloca na situação de dividir um espaço mínimo (o elevador parado do velho edifício) com populares que trazem consigo um cadáver. Diante do desespero da moça, os sujeitos alternam-se na defesa carinhosa do corpo do defunto e na narração técnica do seu processo de decomposição. A cena e os personagens não falam de outra coisa senão da distância social e espacial de dois grupos. Os personagens humildes falam, metaforicamente, de si mesmos, da sua classe, da sua situação social, do seu espaço urbano, falam para quem não tem ouvidos e quer apenas reaver a sua distância “natural” e segura.

risco a dimensão pública da cidade e impulsionam processos sociais excludentes, favoráveis às elites metropolitanas e de efeitos trágicos em relação às classes populares.

Apesar do caráter drástico do estudo, o autor relembra o exemplo da Viva Centro, no que ela tem de diversidade, animação do debate, transparência, interlocução com o poder público e mesmo com as classes populares, para num tom otimista reafirmar a necessidade da retomada dos fundamentos da cidade moderna a partir da mobilização organizada e múltipla da sociedade civil.

O filme “Sábado” tem um final mais realista, ou pessimista, quando o alcoolizado porteiro do velho edifício apropria-se dos pertences do falecido, um ex-nazista, e desce para a rua discursar ao vento de dentro de um uniforme de oficial do *Reich*. Um final que chama a atenção para o isolamento dos habitantes pobres do centro velho e de sociabilidade declinante, os quais, diante do enfraquecimento de suas identidades urbanas, e guiados por uma alegria embriagada, estão à disposição para retomada de uma aventura anti-social vestindo perigosamente os fragmentos de uma história trágica.

Recebido para publicação em 30 de junho de 2000.

Nelson Rosário de Souza (ndesouza@humanas.ufpr.br) é Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, T. P. R.** 1997. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 47, p. 155-176, mar.
- CANCLINI, N. G.** 1993. México 2000: ciudad sin mapa. *Medio Ambiente y Urbanización*, Buenos Aires, nº 43/44, p. 111-124, jun./sept.
- CORDEIRO, H. K.** 1993. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M. et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
- DAVIS, M.** 1992. Fortress Los Angeles: the militarization of urban space. In: SORKIN, M. *Variations on a Theme Park: the New American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang.
- HARVEY, D.** 1992. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- ROLNIK, R. KOWARICK, L. & SOMEKH, N.** (orgs.). 1990. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense.
- SOJA, E. W.** 1993. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOUZA, N. R.** 1999. *Planejamento urbano saber e poder*. São Paulo. 315 p. Tese de Doutorado (Sociologia). FFLCH/USP.
- ZUNKIN, S.** 1996. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 24, p. 205-219.

* * *